

Sarney rejeita proposta de diretas ano que vem

BRASÍLIA — Uma fonte próxima ao Presidente Sarney disse, ontem à noite, que ele não aceitará qualquer proposta do PMDB em favor de eleições diretas no próximo ano, "porque isso equivaleria a aceitar que lhe hutessem a carteira e ainda pedissem que ele colaborasse, abrindo o paletó."

Segundo a fonte, "o Presidente Sarney nomeou para o Ministério da Fazenda um nome indicado pelo PMDB, um nome do PMDB de São Paulo, e portanto não aceita que o PMDB continue falando em apoio crítico." E acrescentou: "O Presidente quis nomear um nome do Nordeste e eles não quiseram. Portanto, não tem mais sentido falar em apoio crítico."

Qualquer alteração no período de mandato do Presidente José Sarney pode ser questionada junto ao Supremo Tribunal Federal, disse ontem o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos. Ele acha que a Constituinte não tem poderes para alterar a duração do mandato de Sarney que, pela Constituição atual, é de seis anos.

Saulo Ramos explicou que a Constituinte existe em função da Consti-



Sarney e Ulysses conversam na posse de Costa Couto e Joaquim Francisco

tuição em vigor, a mesma que estabeleceu que o mandato do Presidente José Sarney é de seis anos.

— A mesma fonte de direitos da Constituinte é a que assegurou o

mandato de seis anos para o Presidente Sarney. Não fosse assim, deveria reduzir também o mandato do Senador Mário Covas, por exemplo — disse.

PMDB quer ter o Presidente como aliado e na coordenação do processo

BRASÍLIA — A cúpula do PMDB decidiu, nas últimas 48 horas, levar ao Presidente José Sarney a disposição de tê-lo como aliado principal na campanha pelas eleições diretas no próximo ano. O partido — somado as facções comandadas por Ulysses Guimarães e pelos Senadores Mário Covas e José Richa — chegou à conclusão de que as eleições diretas não podem ser contra Sarney, mas com Sarney.

Richa disse ontem que nunca defendeu um mandato de seis anos para o Presidente Sarney. Segundo ele, sua proposta era apenas no sentido de adequar as eleições para 1990 em todos os níveis. E afirmou que é favorável à redução do mandato de Sarney para quatro anos, já que há consenso entre os políticos.

— O que não admito é que se queira atropelar o mandato do Presidente por causa da atual crise. Defendo os quatro anos, mas desde que haja negociações políticas saudáveis —

ministerial logo após as eleições de novembro. Richa disse que vai a Brasília amanhã para tratar da questão do mandato de Sarney. "Vou discutir o assunto com outros peemedebistas", informou.

— Na minha opinião — afirmou Richa —, o primeiro passo é definir o mandato permanente para depois decidir o transitório. Se a Constituinte aceitar negociar politicamente, pode-se antecipar a questão antes da redação final da Constituição.

A cúpula do PMDB resolveu chamar Sarney para caminhar juntos pelas diretas em 88 depois de avaliar a reforma parcial do Ministério. O diagnóstico foi de "passional" e "ue geral" do PMDB, do PFL e do próprio Presidente. Esse passionalismo serviu para fazer crescer a tese das diretas no próximo ano, mas também aponta, na avaliação dos dirigentes do Partido, para a prudência de se administrar esse sentimento,

especialmente no período em que o último estudou e recusou o convite de Sarney para assumir a Chefia do Gabinete Civil.

Superada a etapa de entendimento entre o PMDB e Sarney, viria a segunda: o entendimento nacional, quase aos moldes da que levou Tancredino Neves ao Colégio Eleitoral. O Partido está disposto a conversar com as outras agremiações e os Ministros militares para, principalmente, viabilizar um calendário eleitoral para o próximo ano, ajustando os aspectos jurídicos aos políticos.

Há problemas para isso. Em primeiro lugar, não se sabe ainda qual será o sistema de governo. Se persistir o presidencialismo — como acredita o grupo mais ligado a Ulysses — os interessados na disputa não serão os mesmos, que disputariam a eleição para Presidente se o sistema for parlamentarista. Se a Constituinte se fixar pelo parlamentarismo, forçará a eleição de um novo Congresso jun-

Hipótese de quatro anos chega ao PFL

BRASÍLIA — A redução do mandato do Presidente José Sarney deixou de ser um tema intocável dentro da cúpula nacional do PFL. Ontem, três dirigentes do partido admitiram que o assunto deve ser objeto de discussão: secundando o Líder da Frente Liberal no Senado, Carlos Chiarelli, que considera necessário rediscutir os seis anos constitucionais, o Líder na Câmara, José Lourenço afirmou que o período de Governo de Sarney pode ser negociado, desde que não seja reduzido a menos de quatro anos.

Embora continue se manifestando pessoalmente favorável aos seis anos, o virtual Presidente do PFL, Marco Maciel, também reconheceu que a definição do mandato presidencial deve ser objeto de consulta aos integrantes da Frente Liberal. Segundo ele, porém, "é prematuro falar em sucessão presidencial".

Para Lourenço, contudo, a manutenção do mandato de seis anos vai depender fundamentalmente "da sensibilidade do Presidente com os partidos que lhe dão sustentação".

— Se o Presidente deseja um mandato longo, precisa aprofundar as suas conversas com o PMDB — disse Lourenço, situando neste partido a movimentação pela realização de eleições diretas no ano que vem.

Na opinião de José Lourenço, "um mandato inferior a quatro anos, como querem políticos do PMDB, foge a todas as nossas tradições. Acima de quatro, porém, pode-se negociar". Ele atribuiu a mudança de postura de seu partido ao fato de que "a política é uma coisa muito dinâmica".

Segundo dirigentes do PFL, não são apenas os desacertos da política econômica que estão levando à revisão da defesa incondicional do mandato de seis anos: o partido também se ressentiu dos primeiros passos da reforma ministerial, na qual não teria recebido a compensação esperada pela perda do Gabinete Civil, após a renúncia de Maciel.

— As perspectivas são de que ficaremos somente com o Ministério do Interior, o das Comunicações e das Minas e Energia, sem qualquer acréscimo numa eventual perda do Itamaraty — disse um membro da Executiva Nacional.

O Deputado José Lourenço revelou ontem uma "crescente insatisfação

Moreira acha que o PMDB deve se reunir e discutir mandato e eleição

O Governador Moreira Franco disse, ontem, que prefere não emitir sua opinião pessoal sobre a duração do mandato do Presidente José Sarney ou a realização de eleições diretas no próximo ano. Segundo ele, o PMDB deve discutir o assunto e tirar uma posição conjunta que será levada à Constituinte.

Também o Governador de Minas, Newton Cardoso, evitou comentar a possibilidade de diretas em 88. Ele defende um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney.

Para o Vice-Governador de São Paulo, Almino Afonso, as manifestações em favor das diretas vão agravar ainda mais a crise política. Ele disse que as lideranças do País precisam "tomar cuidado e medir as palavras, pois cada uma delas tem efeito desastroso".

A proposta do Governador de São Paulo, Orestes Quércia, para um mandato-tampão de dois anos para o sucessor do Presidente Sarney e elei-

ções no próximo ano não foi bem aceita pelo Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Ele acha que se for fazer eleição em 86, ela deve ser para quatro anos.

Já o Governador da Paraíba, Tarcísio Burity, não concorda com as diretas já e acha que se deve respeitar o mandato de seis anos para o Presidente José Sarney. Os Governadores do Ceará, Tasso Jereissati, e do Pernambuco, Miguel Arraes, não quiseram comentar a proposta de Quércia. Arraes disse que continua achando que o mandato de Sarney é um problema para a Constituinte.

Em Santa Catarina, o Governador Pedro Ivo Campos reafirmou que a Constituinte vai decidir sobre a duração do mandato do Presidente da República. Ele não aprova a proposta de Quércia: "Duas eleições no curto espaço de dois anos é um sacrifício extremo. Seguramente haverá um desgaste porque o País iria parar a cada eleição".

Militares acham que a iniciativa deve partir do próprio Presidente

BRASÍLIA — Os militares gostariam que o próprio Presidente José Sarney decidisse a duração de seu mandato, enviando mensagem ao Congresso Nacional. Eles entendem que a discussão sobre a duração do mandato do atual Presidente foge às atribuições da Constituinte e que apenas o próprio Sarney poderia tomar a decisão de reduzir o tempo de sua atuação no Palácio do Planalto.

Segundo fontes militares bem posicionadas, "a discussão do mandato do Presidente da República não pode ser feita sob um clima emotivo e pessoal. Querer reduzir o mandato do Presidente Sarney seria exatamente isto, colocar uma discussão geral sob um prisma pessoal. As leis são para ser seguidas e a que está aí estabelece um mandato presidencial de seis anos".

Essa posição, praticamente consensual nas três Forças Armadas, já foi manifestada, por irais de uma vez, pelos atuais Ministros militares. O do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, em uma entrevista coletiva no início do ano disse que "por enquanto o que vale é a atual Consti-

próprio Presidente Sarney reduza o seu mandato para quatro ou cinco anos.

— Está na hora de o Presidente definir seu tempo no Governo — afirmou uma fonte bem informada, acrescentando:

— Cada vez que esta discussão vem a tona cria-se um clima de inquietude que prejudica o bom andamento das soluções dos problemas nacionais. Atualmente vê-se o Presidente Sarney como um boneco espiatório, mas há seis meses não era assim. Se o Bresser acerta, e todos nós esperamos que isso ocorra, esta discussão sobre a duração do mandato do atual Presidente será totalmente secundária e não terá nenhum apoio partidário.

Os militares também lembram mais um ponto:

— A vantagem maior de um período de seis anos seria a da coincidência de mandatos dos congressistas com o do Presidente da República. A crise que resultou na queda de Jânio Quadros não teria acontecido se ele tivesse um forte apoio no Congresso. Uma eleição geral em 1990 permitiria a uma grande